

# DIÁRIO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA LEGISLATIVO DATA: 30/12/2022

Volume: 2 - Número: 112 de 30 de Dezembro de 2022

# DIÁRIO OFICIAL

# **APRESENTAÇÃO**

É um veículo oficial de divulgação do Poder Legislativo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

#### **ACERVO**

Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio www.cmgovernadornunesfreire.ma.gov.br/diariooficial , podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio

### **PERIDIOCIDADE**

Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

## **CONTATOS**

Tel: 984656003

E-mail: lucasleitte569@gmail.com

### **ENDEREÇO COMPLETO**

Rua do Coqueiro, 09, Centro, 65.284-000, Governador Nunes Freire

### **RESPONSÁVEL**

Câmara Municipal Governador Nunes Freire



Assinado eletronicamente por:
Lucas Costa Leite Leite
CPF: \*\*\*.465.033-\*\*
em 30/12/2022 18:42:27
IP com n°: 10.0.0.159
www.cmgovernadornunesfreire.ma.gov.br/di
ariooficial.php?id=147

# **SUMÁRIO**

# **ATOS DO LEGISLATIVO**

▼ LEI : 140/2022 - LEI QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



## CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - ATOS DO LEGISLATIVO - LEI : 140/2022

### LEI MUNICIPAL N.º 140/2022 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

"LEI QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

# O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE, ESTADO DO

MARANHÃO JOSIMAR ALVES DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, art. 31, 32, e 50, e tendo em vista o que dispões o caput do Art. 37 da Constituição Federal, o inciso XIII do Art. 6º da Lei nº8.666/93 e os incisos I e IV do Art. 4º da Lei 10.520/02, faço saber que a Câmara de Vereadores APROVOU e eu, SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

### <u>TÍTULO I</u>

# DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprova o Estatutoda Criança e do Adolescente, esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.
- Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Govenador Nunes Freire - MA far-se-á através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas, previstas nos artigos 87, 101 e 112 da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único – Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurado absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

- Art. 3º Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.
- § 1º É vetada no município a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das politicas sócias básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos arts. 87, 101, e 112 da Lei nº 8.069/90, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
- § 2º Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinarse-ão a:
  - orientação e apoio sociofamiliar;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vitimas denegligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) prevenção e tratamento especializados a crianças e adolescentes, pais ou responsáveis usuários de substâncias psicoativas;
  - d) identificação e localização de pais ou responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
  - proteção jurídico-social; e)
  - f) colocação em família substituta;
  - abrigo em entidade de acolhimento; g)
  - apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes; h)
  - i) apoio socioeducativo em meio aberto;
  - apoio socioeducativo em meio fechado; i)

LEI NA ÍNTEGRA (CLIQUE AQUI)



3/4

**aDOM** 

